

Cómo citar este artículo:

Leite- Toffanetto-Seabra-Eiras, A. A., Toledo, A. F., Magalhães-Monteiro da Silva, D. J., Freitas-Ferreira, M. E. (2025). Questão social em Portugal: indicadores e desafios para o Serviço Social. *Revista Eleuthera*, 27(1), 145-165. <http://doi.org/10.17151/eleu.2025.27.1.8>

Questão social em Portugal: indicadores e desafios para o Serviço Social*

The social question in Portugal: indicators and challenges for Social Work

ALEXANDRA APARECIDA LEITE TOFFANETTO SEABRA EIRAS**

ALEX FABIANO TOLEDO***

DANIELA JOANA MAGALHÃES MONTEIRO DA SILVA****

MARIA EMÍLIA FREITAS FERREIRA*****

ELEUTHERA

Resumo

Objetivo. Apresentar estudo preliminar das expressões da questão social em Portugal tendo como referência sua inserção na União Europeia e a análise dos indicadores de monitoramento do risco de pobreza (EAPN, 2023). Intenta-se “avançar no trato da questão social como um desafio permanente para o Serviço Social em torno de seu objeto, fruto do movimento histórico da luta de classes e no deciframento das novas e complexas manifestações”, conforme direção teórico-metodológica da pesquisa em rede “Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”. **Metodologia.** Problematisa-se a questão social em sua demarcação histórica, na contradição das relações sociais capitalistas, na unidade e antagonismo entre capital e trabalho, e em suas expressões atuais, em Portugal. **Resultados.** A análise revelou que estas expressões estão relacionadas a condições de trabalho precárias, desemprego, migração e pobreza. **Conclusão.** Exige-se maior protagonismo dos assistentes sociais para uma intervenção responsável a questão social.


Palavras-chave: questão social, Portugal, indicadores sociais, Serviço Social

Abstract


Objective. Present a preliminary study of Portugal's expressions of the social question, emphasizing its integration into the European Union and the analysis of indicators for monitoring the risk of poverty (EAPN, 2023). The aim is to advance in dealing with the social question as a permanent challenge for social work regarding its object, resulting from the historical movement of class struggle and deciphering its new and complex manifestations. According to the theoretical-methodological

* Resultados preliminares da pesquisa “Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memórias e desafios contemporâneos”, projeto integrado à pesquisa em rede “O Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”.


**Faculdade de Serviço Social (FSS), Campus Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Bairro Martelos, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. Bolsista CNPq/PDS – 2022/2023. alexandra.eiras@ufjf.edu.br

 orcid.org/0000-0003-4095-7950 **Google Scholar**


***Instituto Politécnico de Viseu, Lamego, Portugal. alextolelope@hotmail.com

 orcid.org/0000-0002-9078-7198 **Google Scholar**

****Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos, Braga, Portugal. dmonteiro@ucp.pt

 orcid.org/0000-0002-3968-1531 **Google Scholar**

*****Professora aposentada, pesquisadora do Clissis/Universidade Lusíada, Portugal. memiliaferreira@sapo.pt

 orcid.org/0000-0001-6761-5892



direction of the network research “Social Work in History: social question and social movements - Latin America and Europe.” **Methodology.** The social question is problematized in its historical distinction, the contradiction of capitalist social relations, the unity and antagonism between capital and labor, and its current expressions in Portugal. **Results.** The analysis showed that these expressions relate to precarious work conditions, unemployment, migration, and poverty. **Conclusion.** Greater protagonism is required from social workers for responsive intervention to social issue.

Keywords: social question, Portugal, social indicators, Social Work.

Introdução

Este artigo apresenta um dos estudos preliminares da pesquisa “Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos”¹, detendo-se na análise das expressões da questão social em Portugal, na União Europeia. É um dos produtos da pesquisa em rede “O Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”, que articula pesquisadores, docentes e discentes, em oito países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, Portugal, Reino Unido e Uruguai).

A orientação teórico-metodológica desta pesquisa busca apreender o Serviço Social enquanto profissão constituída na particularidade histórica das relações sociais capitalistas (Iamamoto e Carvalho, 2005). Parte-se da análise de Marx e Engels (2001, 2018, 2020) que apreende a dimensão contraditória dessas relações sociais, na *unidade e antagonismo* entre capital e trabalho.

Entende-se que no desenvolvimento das relações sociais capitalistas o trabalho humano foi subsumido à lógica de valorização, na produção de mercadorias e nos mecanismos de reprodução social a ela interligados. Por complexos processos e mediações históricas esse *trabalho alienado ao capital* tem sido central no processo de produção do valor e da riqueza, embora os meios e os resultados do trabalho, *a riqueza coletivamente produzida*, continuem sendo apropriados de modo privado e concentrados nas mãos dos capitalistas.

O continente europeu foi o solo em que a luta de classes se expressou inicialmente, face ao caráter central de países como Inglaterra e França no processo de desenvolvimento das relações sociais capitalistas, nos séculos XVIII e XIX. Yazbek sintetiza esse processo:

¹ Coordenado pelas pesquisadoras Alcina Martins (professora aposentada, ISMT/PT), Cláudia Mônica dos Santos (PPGSS/UFJF-BR) e Maria Carmelita Yazbek (PPGSS/PUC-SP-BR).

Esse primeiro proletariado vai aos poucos se organizando como classe trabalhadora (em sindicatos e partidos proletários), como movimento operário, com suas lutas, reivindicando e alcançando melhores condições de trabalho e proteção social. Através de seu protagonismo e ação organizada, os trabalhadores e suas famílias ascendem à esfera pública, colocando suas reivindicações na agenda política. As desigualdades sociais não apenas são reconhecidas, como reclamam a intervenção dos poderes políticos na regulação pública das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. A questão social, portanto, resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência da desigualdade e a resistência à opressão por parte dos que vivem de seu trabalho (Yazbek, 2021, p. 19-20).

Deste modo, o antagonismo entre capital e trabalho possibilitou – através de lutas, movimentos, organização política e sindical – a visibilização e o debate público sobre a questão social. As suas diferentes concepções também expressam os constantes embates, inclusive acerca do seu entendimento e explicação teórico-conceitual (Netto, 2001).

Neste sentido, a questão social é referenciada neste artigo enquanto uma categoria teórica que permite apreender as desigualdades sociais em sua relação com o processo de produção/reprodução social no capitalismo. Concordamos com Yamamoto (2001, p. 15-16) no entendimento de que o processo de acumulação de capital gera uma “acumulação da miséria relativa” [...] “encontrando-se aí a raiz da reprodução da questão social na sociedade capitalista”. Assim, suas expressões atuais como precarização do trabalho, desemprego, pobreza, só podem ser decifradas pela apreensão *das contradições inerentes às relações sociais capitalistas, na unidade e antagonismo entre capital e trabalho*.

Por sua vez, dada a dimensão de totalidade que caracteriza as relações sociais capitalistas, envolvendo todo o planeta², a questão social também está imbricada nesta dinâmica, pela manifestação das contradições entre capital e trabalho em um nível mundial.

Neste artigo, intenta-se “avançar no trato da *questão social* como um desafio permanente para o Serviço Social em torno de seu objeto, fruto do movimento histórico da luta de classes e deciframento das suas novas e complexas manifestações” (Batistoni et al., 2022, s/p).

² São muitas as mediações históricas e institucionais que explicitam esse caráter articulado no plano mundial/planetário: configuração de um mercado internacional; divisão internacional do trabalho (fornecimento de matéria prima barata submetida à indústria dos países centrais), institucionalização de empresas multinacionais; parcialização entre planejamento e produção, com o uso de força de trabalho “mais barata” dos países da periferia; o agenciamento dos complexos movimentos do capital financeiro, globalmente (Eiras, 2023).

Deste modo, no item 2, apresentamos uma breve síntese teórico-histórica sobre a questão social. No item 3, analisamos algumas de suas expressões atuais, em Portugal, tendo como referência um conjunto de indicadores sociais recentes, relacionados ao monitoramento da pobreza nos 27 países membros da União Europeia (UE27). Em seguida, finalizamos o artigo expondo alguns aspectos da relação entre questão social e Serviço Social, refletindo sobre os desafios postos à profissão.

Questão social: breve síntese teórico-histórica

Na particularidade do continente Europeu encontra-se um núcleo de países centrais-industrializados, corresponsáveis pelo controle político-econômico mundial, com destaque para Inglaterra, França, Alemanha.

Ali concentraram-se experiências sociais na configuração e existência de Estados democráticos, caracterizados historicamente, como provedores de políticas de seguridade e bem-estar social.

A Europa também situou a experiência socialista, no regime da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). E, desde Portugal, destacou-se o protagonismo ibérico na expansão marítima-territorial, que possibilitou a subordinação de povos e territórios até então desconhecidos, aos interesses mercantis, abrindo vias para a vinculação à dinâmica produtiva a partir da expansão comercial e, posteriormente, industrial, europeia.

Apesar da sua longa experiência na colonização de territórios com grandes potenciais de riquezas naturais, Portugal não logrou um desenvolvimento econômico semelhante à Inglaterra³ e França. Em meados do sec. XVIII assistiu-se ao surgimento de algumas indústrias de maior expressão, alimentando a expectativa de um fomento industrial⁴, mas a maioria continuou a ser constituída por pequenas unidades produtivas, espalhadas pelo país. Entretanto o ouro no Brasil e o vinho do Porto, como matéria prima, geravam atividades comerciais de lucro abundante e riqueza imediata, refletindo-se no emagrecimento ou o esgotamento de outras atividades transformadoras de menor dimensão. Comparativamente aos países em franca industrialização, a indústria portuguesa “inseria-se dentro duma estrutura rural, visava o aproveitamento de matérias-primas locais, e tinha quase sempre um mercado regional” (Macedo, in Serrão, 1971, p. 532).

³ As relações entre Portugal e Inglaterra são historicamente complexas, e evidenciam uma condição de subordinação de Portugal à liderança da Inglaterra no âmbito das relações sociais capitalistas. A participação de Portugal no capitalismo seguiu essa inserção periférica, em relação aos países centrais e à dinâmica dessas relações no plano mundial.

⁴ A Real Casa da Seda e outras de tecelagem mais moderna de lã e algodão, já com meios de produção ingleses.

Contudo, as condições de trabalho e vida acompanhavam o contexto europeu da época: baixo preço do trabalho, baixo poder de compra da população, como condições de exploração da força de trabalho, peculiares ao capitalismo.

Castro reconhece que “a formação da indústria capitalista em Portugal [primeiro quartel do séc. XX] conheceu, dentro da modéstia da sua dimensão e da especificidade nacional, um quadro de condições de trabalho tão terríveis como as dos países europeus mais desenvolvidos” (Castro in Serrão, 1971.p. 538)⁵.

As severas condições de trabalho e de vida foram objeto de luta e enfrentamento pelos movimentos de trabalhadores e começaram a ser pautadas publicamente, na Europa, no final do séc. XIX⁶.

Neste sentido, a organização da classe trabalhadora em movimentos, sindicatos e partidos, as lutas pela liberdade política e associativa e a configuração do Estado democrático tiveram expressão inicialmente na Europa, nos países protagonistas do processo de industrialização. Além disso, desde o século XIX, os trabalhadores também criaram estratégias associativas no plano internacional, à exemplo da Primeira Internacional dos Trabalhadores (AIT).

Deste modo, a explicitação das desigualdades sociais foi protagonizada pelos trabalhadores⁷ e evidenciaram a diferença de interesses – e o antagonismo – entre capital e trabalho, exigindo respostas sociais, em um nível coletivo (Iamamoto, 2001, 2005, 2007; Netto, 2001; Yazbek, 2021).

Por sua vez, a configuração do Estado face ao desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista impactou-o na assunção de algumas funções *sociais* (Netto, 2001).

O tensionamento e até certo ponto, a *exigência* de respostas institucionais diante de situações objetivas, peculiares ao capitalismo, explicam o surgimento de profissões especializadas⁸, demandadas a atuar nas organizações da sociedade civil e do Estado, nas políticas direcionadas a mitigar ou reduzir os impactos das desigualdades sociais, inerentes às relações sociais capitalistas.

⁵ As narrativas descrevem a emergência do trabalho feminino e infantil, as longas jornadas de trabalho e a ocorrência de graves acidentes de trabalho.

⁶ É conhecida a legislação sob Bismark na Alemanha, na década de 1880, que criou os primeiros seguros sociais obrigatórios incluindo o acidente de trabalho. Esta preocupação em Portugal iria ter a sua primeira expressão de vertente assistencialista em 1879 com a criação do Mealheiro das Viúvas e Órfãos dos Operários que Morreram de Desastres no Trabalho. Em 1905 fundava-se no Porto “A Equitativa”, sociedade anônima para seguros de acidentes pessoais incluindo os de trabalho (Ferreira, 1998, p,74). Em 1910 publicou-se o decreto conhecido como o direito à greve, e progressivamente, apesar da turbulência política da I República, o direito ao descanso semanal e às oito horas de trabalho diário.

⁷ Conforme Netto (2001), as pautas das lutas da classe trabalhadora convergiram para dois grandes projetos societários: social-democrata e socialista. A diferença entre eles está na compreensão da impossibilidade de equacionar as desigualdades sociais no âmbito das relações sociais capitalistas o que coloca a necessidade histórica de superação do capitalismo, evidenciada pelo projeto socialista.

⁸ Dentre elas, o Serviço Social.

Por sua vez, na configuração do século XX, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a combinação entre pleno emprego e políticas de seguridade social nos países centrais permitiu um período de bonança e estabilidade para os trabalhadores, cujos limites foram analisados por Mandel (1982), mas que impactaram no exercício da cidadania, através da estruturação do Estado de bem-estar social⁹.

Embora tal condição não fosse universalizável, e houvesse no campo teórico-crítico a compreensão dos complexos mecanismos de exploração que envolviam os países periféricos¹⁰, subordinados ao capitalismo central, a existência dessas condições produziu o imaginário de um capitalismo domesticável¹¹.

Acresce a essa conjuntura, a consolidação da URSS, a bipolarização e a disputa político-ideológica entre os projetos societários capitalista e socialista, expressando significativamente, uma certa simetria na correlação de forças internacional entre capital e trabalho, demarcada por projetos distintos.

No final da década de 1960 e durante as duas seguintes, a dinâmica das relações sociais capitalistas foi alterada asseverando-se a inovação tecnológica no campo da microeletrônica, com elevação da produtividade e redução na demanda de trabalhadores e na oferta de emprego. Houve impactos na organização da produção, na concorrência entre empresas e na obtenção das taxas de lucro.

Nesta conjuntura, ocorre o arrefecimento na correlação de forças entre capital e trabalho (na disputa entre socialismo e capitalismo) o que favoreceu a ofensiva do capital sobre os trabalhadores no intuito de enfraquecer as suas associações/organizações¹², e as suas pautas político-sociais. Essa estratégia foi denominada de “neoliberalismo” e tornou-se hegemônica durante os anos 1980.

⁹ s políticas de previdência, educação, saúde, habitação e assistência social ofereceram certa estabilidade e segurança para o conjunto dos indivíduos. Na Europa, este padrão evidenciou-se na Grã-Bretanha, França, Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Suíça, Suécia.

¹⁰ Conforme referenciamos em Portugal “os processos de industrialização e democratização foram particularmente tardios” (Estanque, 2006, 91) daí decorrendo que a questão social em Portugal, entre os séculos XVIII e XX, apresenta características distintivas cujas primeiras respostas foram elaboradas na conjuntura turbulenta da I República, e, em seguida, por um Estado autoritário que perdurou por quase 50 anos.

¹¹ No plano mundial, criaram-se instituições internacionais (a ONU é a mais expressiva) que difundiram as concepções de desenvolvimento e bem-estar social, direitos humanos e sociais, para os países periféricos, enquanto uma estratégia político-ideológica de defesa do capitalismo e seu pretensão potencial democrático-civilizatório (Eiras, 2023).

¹² René Mouriaux (2003, p. 103) analisa a “performance” do sindicalismo desde os anos 1970 em países industrializados. Ele identificou que a França foi a primeira “a conhecer a perda de efetivos”, “os países escandinavos [foram] poupados” e [apresentaram] certa estabilidade, pelo menos por vinte anos”. A França foi a primeira nação onde o sindicalismo enveredou pelo “realismo defensivo”, enquanto a Grã-Bretanha resistiu até a ofensiva de M. Thatcher. Rodrigues (2009) analisa os dados sobre o sindicalismo em Portugal. Até à Revolução dos Cravos (1974) predominou o modelo sindical e de relações de trabalho corporativo-estatal de inspiração fascista-italiana. “Estima-se que ao fim do regime corporativo a sindicalização elevou-se, os sindicatos oficiais dos trabalhadores e do patronato obtiveram mais autonomia e legitimidade para negociar (Barreto in Rodrigues, 2009, p. 69-70). [...] Os níveis de sindicalização em Portugal teriam descido de 59%, em 1969-70, para 52,4% em 1975; 58,8% em 1981; 51,6% na média entre 1985-86 e, finalmente, pelos últimos dados, para 30%, em 1988 (Visser in Rodrigues, 2009, p. 69-70)”.

Nossa argumentação quer evidenciar alguns aspectos: 1) as respostas institucionais organizadas no Estado de bem-estar social tornaram-se viáveis politicamente enquanto alternativa ao projeto socialista, sobretudo no contexto de expansão da URSS; 2) a derrocada do socialismo soviético impactou a correlação de forças entre capital e trabalho, enfraquecendo o polo de antagonismo político expresso no projeto socialista; 3) a ofensiva neoliberal explorou essas alterações e incidiu sobre os trabalhadores, seus movimentos e sindicatos e sobre as concepções de bem-estar social; 4) essas alterações na correlação de forças impactaram na visibilização da questão social e no debate público sobre suas expressões. (Eiras, 2023).

Esta análise evidencia que a disputa em torno da questão social ocorreu em um plano global, e, as respostas organizadas pelo Estado de bem-estar social repercutiram como referências para as lutas sociais por direitos, em países que não partilhavam das mesmas condições econômicas e/ou organização político-sindical. As alterações na correlação de forças entre capital e trabalho impactaram no recuo das respostas institucionais de cunho democrático, enfraquecendo as concepções de bem-estar social e o debate público (Eiras, 2023).

Expressões da questão social em Portugal

Portugal situa-se no extremo sudoeste da Europa¹³. Compõe o conjunto de países do sul da Europa mediterrânea junto à Espanha, Itália e Grécia, compartilhando características geográficas, políticas e econômicas, inclusive pela forma de inserção no sistema capitalista global e europeu.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia-CEE, em 1986, tinha em perspectiva o desenvolvimento do país e a sua modernização depois de um longo período marcado pela ditadura¹⁴, derrubada pela “Revolução dos Cravos”. Esse processo revolucionário vislumbrou a construção de um projeto socialista (1974-1976), derrotado em seguida, por uma convergência política no campo da social-democracia (Martins, 2017). De acordo com Martins,

O corporativismo salazarista e marcelista deixara “um país atrasado, com o menor rendimento por habitante da Europa, analfabetismo, a pior cobertura do sistema de saúde ou de segurança social e a maior concentração de população na agricultura” (Louçã; Lopes; Costa, 2014 in Martins, 2017, p. 45). [...] Metade da riqueza nacional estaria nas mãos de dez famílias, donas das 168 maiores empresas (Costa et al., 2010 in Martins, 2017, p. 45-46). O processo revolucionário faz a ruptura com a ditadura, de modo que são libertados os presos políticos,

¹³ Em termos de superfície em Km² França é o país maior, dentre os 27 que compõem a União Europeia (UE27) e Portugal ocupa a 12ª posição, sendo o 11º com maior população (Alemanha é a primeira nesse quesito).

¹⁴ O regime liberal-republicano da I República, que havia levado à queda da Monarquia em 5/10/1910, foi derrubado em 28/05/1926 com um golpe militar (1926-1933), iniciando uma longa ditadura cuja segunda fase ficou conhecida como “Estado Novo” (1933-1974).

pondo termo à censura, à polícia política e às estruturas da ditadura, mudando radicalmente a sociedade portuguesa. Terminam treze anos da guerra colonial, as colônias africanas tornam-se independentes, bancos são nacionalizados e a reforma agrária tem lugar no Alentejo. [...] as lutas [que seguiram, almejavam] trabalho para todos, aumento dos salários e o direito à segurança social, habitação, saúde e educação (Varela, 2014 in Martins, 2017, p.46).

A entrada na CEE produziu o alinhamento com as orientações europeias (liberalização, privatização e desregulamentação da economia, em geral e do setor financeiro, em particular), operando, aos poucos, “a transformação neoliberal da economia política nacional” (Santos & Reis, 2018, p. 66).

Inicialmente, a adesão abriu portas a mercados maiores e levou a um maior investimento e apoios financeiros que contribuíram para a modernização de várias áreas da economia portuguesa. Mas, os períodos subsequentes, como o de preparação para a adesão à moeda única (euro), exigiram ajustes estruturais para cumprir critérios de convergência, obliterando o otimismo econômico inicial. A persistência de estruturas produtivas baseadas em indústrias de baixo valor acrescentado e em salários baixos face aos dos países centrais continuou sendo uma característica em Portugal.

O processo de integração europeia aprofundou a inclusão do país num sistema financeiro e económico global desigual (Pataccini, 2022; Santos & Teles, 2021; Vincze, 2019). Isto traduziu-se em padrões de vida desiguais, medidos pelo PIB per capita, sendo que os países das regiões NE e CE têm níveis substancialmente mais elevados e superiores aos da SE e EE, onde Portugal se insere (Santos, 2024).

A entrada da Troika¹⁵ em Portugal, conforme o Memorando de Entendimento de 2011, levou a um rigoroso plano de austeridade para o país (Pires Valentim, Poeschl, & Forte, 2018). Segundo Almeida et al. (2016) os impactos no mercado de trabalho, emprego e desemprego foram significativos e multifacetados, refletindo as profundas alterações na legislação laboral e nas políticas implementadas em resposta à crise financeira e à intervenção da Troika. Aprofundou-se a tendência para a desregulamentação do mercado de trabalho e ocorreu uma transferência significativa de rendimentos do trabalho para o capital, exacerbando as desigualdades e a precariedade laboral durante o período de 2009-2015.

Os autores apontam neste período, a desvalorização salarial através do congelamento ou redução dos salários, cuja concomitância com a precariedade no mercado de trabalho contribuíram para a asfixia e o esvaziamento da negociação coletiva, dificultando o alcance de acordos coletivos e enfraquecendo a posição negocial dos trabalhadores, verificando-se, ainda, que algumas

¹⁵ Equipe constituída por representantes do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia.

políticas ativas de emprego e a subsidiarização de estágios, muitas vezes mal remunerados e destinados a preencher funções permanentes, contribuíram para a desvalorização do trabalho e para a fragilização da retribuição do trabalho.

É nesta conjuntura inscrita nas relações sociais capitalistas, com alterações na correlação de forças entre capital e trabalho em um plano mundial, que observamos a intensificação das expressões da questão social na UE-27.

Em especial em Portugal, os últimos dados apresentados no Relatório EAPN 2023¹⁶ publicado pelo Observatório Nacional de Luta contra a pobreza apontam para a gravidade do problema.

Segundo os dados do EAPN (2023), Portugal ocupa o 13º lugar no risco de pobreza e exclusão social (PES), índice de 20,1%, no contexto da UE-27, que tem uma média de 21,6%. Informa ainda, Portugal nunca conseguiu reduzir a PES para valores inferiores aos 2 milhões de cidadãos desde que este indicador é monitorado, “em 2022, 2,084 milhões estavam em situação de pobreza em Portugal” (EAPN, 2023, p. 6), em uma população de aproximadamente, 10.467.366 pessoas. Ou seja, 1/5 da população está associada ao risco “PES”.

Dados sobre proteção social do Gabinete de Estatísticas da União Europeia - Eurostat indicam que Portugal é o país com a 12º menor despesa per-capta com prestações sociais em relação à média da UE-27 o que repercute na taxa de risco de pobreza (RP) no país (EAPN, 2023).

Ao ser analisada a intensidade da pobreza, desigualdade e rendimento no contexto da UE-27, Portugal é o 9º país com maior nível de desigualdade do bloco, quando comparado o rendimento da população mais rica e mais pobre é o 6º país considerados os rendimentos de toda a população (índice Gine). “Em 2021, 5,8% da população tinha um rendimento igual ou inferior a 367 mensais”. (EAPN, 2023, p. 6).

Segundo o EAPN (2023, p. 16), em Portugal, a “população em risco de PES é constituída por pessoas que estão em situação de risco de pobreza monetária (81%), e/ou em privação material e social severa (26%) e/ou em agregados com intensidade laboral muito reduzida (20%)”. Ou seja, segundo o levantamento realizado, 78 mil pessoas, o que corresponde a 0,8% (sendo 1,3% a média da UE27) da população portuguesa estão simultaneamente em “pobreza monetária, privação material severa e intensidade laboral muito reduzida”.

¹⁶O relatório foi publicado no ano de 2023 com um inquérito recolhido no ano de 2022 e que remetia a coleta de dados do ano de 2021.

Considerando seu território, Portugal apresenta assimetrias internas significativas na distribuição populacional, nas atividades econômicas das suas regiões¹⁷, bem como, nas dinâmicas sociais e culturais, nomeadamente entre áreas urbanas e rurais (Baltazar et al., 2017) e entre o litoral e o interior do país.

Portugal é um país desigual e esta desigualdade é perceptível também territorialmente em diferentes áreas que vão do desenvolvimento económico ao acesso à saúde; da demografia ao acesso aos serviços de utilidade pública, entre outros. Esta desigualdade repercute-se ao nível do rendimento e da pobreza ou exclusão social. Temos uma taxa de pobreza ou exclusão social e de pobreza monetária nas zonas rurais muito elevada e simultaneamente encontramos nos grandes centros urbanos as taxas mais baixas de pobreza ou exclusão social, pobreza monetária e intensidade laboral muito reduzida. (EAPN, 2023, p. 8).

Esta assimetria segundo a EAPN (2023) também se reflete no risco de PES presente no território tanto continental como nas ilhas, e com relevância segundo a densidade de povoamento, pois nas áreas pouco povoadas (26%) é 1.6 vezes mais elevado do que nas áreas densamente povoadas (16,9%). “Esta distância é ainda maior ao nível da pobreza monetária que atinge 22,7% da população das áreas pouco povoadas e 12,8% nas áreas densamente povoadas (1.8 vezes mais elevada)” (EAPN, 2023, p. 8).

O monitoramento da PES desde o ano de 2018 indicava para uma melhoria da situação nas regiões autónomas do território português, no entanto, tal tendência não foi verificada no ano de 2021, que teve seus indicadores agravados em suas diferentes dimensões, colocando a Região Autónoma dos Açores “novamente como a região com maior taxa de PES (30.3%), seguida de perto da RAM (Região Autónoma da Madeira) (30.2%). (EAPN, 2023, p. 8).

No que diz respeito ao território continental, a Região Norte e a região do Algarve vinham nos últimos anos alternando a liderança dos maiores indicadores de PES, no entanto, os dados do ano de 2021 (EAPN, 2023) indicam a região do Algarve com a maior taxa de risco de PES (25.7%) e maior taxa de “pobreza monetária” e “intensidade laboral muito reduzida”.

Destaca-se que o risco de PES, vem acompanhado da “intensidade laboral muito reduzida”, remetendo-nos às condições de venda da força de trabalho. “A este respeito, verifica-se que o modelo económico dominante mantém uma forte dependência da desvalorização do trabalho e dos baixos salários” (Carmo, 2023, p. 709):

¹⁷ NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) divide o território português em três níveis, sendo que em 2024 houve uma nova divisão territorial em Portugal que resultou em alguns ajustes à versão de 2013. Contudo, as referências aqui apontadas no artigo, ainda não espelham esta nova divisão. (cf. <https://www.pordata.pt/o+que+sao+nuts>).

[...] De facto, um dos fatores de desigualdade que se vai alastrando sobretudo nos territórios urbanos deriva, em parte, do aumento e da disseminação da precariedade laboral associada a certos setores em expansão, como a atividade turística. [...] fraca qualidade de parte do emprego criado, associado não só às atividades turísticas, mas, também, a diversos setores dos serviços (Carmo, 2023, p. 713–714).

As diferenças entre as regiões geram, igualmente, vulnerabilidades territoriais, como referem Ferrão et al. (2023) ao apontar que as crises têm impactos diferentes dependendo de como os territórios enfrentam os desafios ou tensões em que são colocados. Neste sentido, decisões coletivas (políticas públicas, investimento, regulamentações) e o papel das regiões nas cadeias de produção globais influenciam diretamente ao nível do risco de pobreza e maiores índices de desigualdade social.

Segundo análises da Rede Europeia antipobreza, a situação de Pobreza e exclusão social tornou-se ainda mais complexa nos últimos anos com a crise sanitária da COVID-19 e a guerra entre Rússia e a Ucrânia, acontecimentos estes que tiveram reflexos na elevação do custo de vida registrado em Portugal e nos países da União Europeia, considerando os gastos das famílias nas despesas com energia, alimentação e habitação.

De acordo com Relatório 2023 (EAPN, 2023) entre 2021 e 2022 o preço da eletricidade na UE-27 subiu em média 17,4% e do gás natural, 33,4%. Este aumento tem impacto direto na vida das famílias, privadas do acesso ou obrigadas a diminuir os níveis de consumo de energia elétrica ou de gás natural diante da falta de recursos financeiros para o pagamento das contas. Esta situação em que os “agregados familiares não têm acesso a serviços e produtos energéticos essenciais ou sujeitam-se à diminuição nos níveis de consumo de energia” (EAPN, 2023, p. 9) é designada de “pobreza energética” e tem reflexos diretamente no bem-estar e qualidade de vida das pessoas, considerando como exemplo a incapacidade para manter a casa aquecida.

Outro fator que tem impactado de maneira mais significativa no orçamento das famílias, principalmente naquelas com menores rendas, são os gastos com alimentação. Este impacto pode ser verificado pela variação de preços através do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que na categoria “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” atingiu um índice de 7,19% em agosto de 2022 (EAPN, 2023), e tendo duplicado um ano depois, atingindo 15,07%.

Os gastos com a habitação têm se tornado um “problema social” e com grande repercussão nos meios de comunicação em vários países da UE27, impactando no custo de vida das famílias e em seu empobrecimento.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) nos últimos cinco anos (2019-2023) o Índice de Preços da Habitação em Portugal (IPHab) manteve uma trajetória de crescimento

com taxa de variação média de 10,4% ao ano. Este crescimento dos gastos com habitação segundo dados da EAPN (2023), reflete tanto na variação anual dos preços de novos contratos de arrendamento com um aumento em torno de 7,9% ao ano, como também para o aumento do preço médio do valor nas vendas de imóveis por metro quadrado (14,4%) em relação ao ano anterior. Assim, nos últimos anos tem se observado um aumento considerável do rendimento necessário para a compra ou arrendamento de imóveis em Portugal, principalmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Ainda em relação à habitação¹⁸, segundo dados do EAPN (2023) Portugal é o 2.º país da UE27 com a maior percentagem de população que se encontra abaixo do limiar de RP e em regime de ocupação do tipo “proprietário com hipoteca”, 21,9% (9,9% média UE27). Mesmo entre a população que se encontra acima do limiar de RP, Portugal, com uma taxa de 39,2%, em 2022, ocupa o 7.º lugar entre os países da UE27 com a proporção mais elevada de proprietários com hipoteca, ou seja, os gastos com a habitação impactam o custo de vida das famílias portuguesas, principalmente daquelas em risco de PES tendo em conta o cenário de aumento de custos com o financiamento dos créditos à habitação.

A sobrecarga das despesas com a habitação assume uma dimensão mais agravada para as famílias monoparentais, com uma taxa de 14,3%, e para as famílias unipessoais, representando 10,8%. Tendencialmente, é entre a população que se encontra em regime de ocupação da habitação de tipo “arrendatário a preços de mercado” que se registra uma carga de custo das despesas com a habitação mais elevada. Em Portugal, no ano de 2022, 56,4% tinham uma carga de custos das despesas com a habitação superior a 25% do rendimento disponível.

Quanto ao perfil dos grupos mais expostos ao risco de PES em Portugal pouco tem se alterado desde 2015, segundo estudos da Rede Europeia Antipobreza:

Em 2022, permanecem como grupos mais vulneráveis os desempregados (60.1%), seguidos de outras pessoas fora do mercado de trabalho (excluindo desempregados e reformados) (35.5%); as famílias compostas por apenas um adulto e pelo menos uma criança dependente (35.7%), seguida das famílias com dois adultos e três ou mais crianças (27.8%) e das famílias compostas por apenas um adulto isolado (26.7%); os estrangeiros com nacionalidade extracomunitária¹⁹ (34.1%); as pessoas que vivem em alojamentos arrendados, nomeadamente com renda a preço reduzido ou gratuito (33.8%); as pessoas com um grau de limitação de atividade severo

¹⁸ A heterogeneidade na qualidade e no custo da habitação entre diferentes países europeus é evidenciada pelos dados do Eurostat (2022), na edição interativa Housing in Europe – the 2022, que apontam para disparidades significativas (tipos de habitação disponíveis e custos de compra ou arrendamento) por uma variedade de fatores como políticas habitacionais, dinâmicas de mercado e condições económicas gerais.

¹⁹ Estrangeiros de fora da UE.

(31.4%); as pessoas com baixo nível de escolaridade (no máximo até ao ensino básico (27.7%); os residentes em áreas pouco povoadas (26.4%); as mulheres (20.7%); as crianças (20.7%), com uma pequena diferença face à população com 65 anos ou mais (20.5%) (EAPN, 2023, p. 7).

A questão de gênero e etária também se coloca quanto ao perfil dos grupos sociais mais vulneráveis, segundo dados do EAPN (2023) uma vez que a população feminina apresenta uma taxa de RP (20,7%) superior à dos homens (16,8%) e a das crianças e adolescentes até 18 anos e dentre a população com 65 anos apresentam um maior risco de PES.

Quanto ao grupo com maior vulnerabilidade temos os desempregados, com 60.1% “em risco PES”, “43.2% em risco de pobreza monetária e 34.6% em agregados com intensidade laboral muito reduzida” (EAPN, 2023, p. 25). A este respeito é preciso considerar que com as transformações tecnológicas e no mundo do trabalho as perspectivas de incorporação deste enorme contingente de mão-de-obra no mercado de trabalho é muito difícil, de modo que a proteção social associada ao desemprego se constitui em uma alternativa e ao mesmo tempo um desafio considerando a realidade portuguesa, uma vez que 32% dos desempregados a procura de emprego recebiam no ano de 2021 subsídio desemprego e que 58% dos beneficiários recebe prestações com valor igual ou inferior a 500.

Por sua vez, Portugal é o 7º. país da UE27 no que se refere a vulnerabilidade da população empregada considerando o risco PES (12,2%) e de pobreza monetária (10,3%)²⁰.

Esses indicadores corroboram a argumentação desenvolvida até aqui: as desigualdades sociais se expressam em um plano global, aqui caracterizado pela UE27; simultaneamente, agravam-se face à distinção da inserção dos países membros no âmbito dessas relações. As informações sobre Portugal explicitam essa condição de exposição das (os) trabalhadoras (es) que vivem no país ao RP, embora não se configure como a situação mais aguda, dentre os países membros. E, considerando a UE27, os indicadores das médias aqui expostos evidenciam a presença desses processos em todos os países membros, embora não tenhamos destacado as diferenças de incidência entre cada um deles.

O conjunto desses indicadores evidencia a persistência da pobreza e do risco constante ao empobrecimento, dadas as dinâmicas econômicas peculiares às relações sociais capitalistas. A elevação dos níveis de produtividade e todas as tecnologias criadas não resultaram em uma

²⁰ O Perfil dos trabalhadores com os índices mais elevados considerando a pobreza monetária são os que: “residem em agregados com intensidade laboral baixa (44.2%); trabalham a tempo parcial (24%); ou por conta própria (23.9%); estrangeiros extracomunitários (21.5%); jovens (20.1% no caso dos trabalhadores dos 16 aos 19 anos e 16.4% dos 16 aos 24); com contrato de trabalho temporário (19.4%); empregados há menos de um ano (17.8%); dos trabalhadores que possuem no máximo o ensino básico (17%); dos trabalhadores em famílias com crianças dependentes (12.9%), em particular nas famílias monoparentais (19.6%); dos homens (11.6%).(EAPN, 2023, p. 8).

sociedade coletivamente e globalmente enriquecida. Pelo contrário, houve a necessidade de criar indicadores que monitoram a condição das pessoas em situação de pobreza, vinculando essa condição à “exclusão social” e ao risco permanente de “cair” na pobreza com maior ou menor exposição (vulnerabilidade) e esse processo continua sem uma perspectiva de uma solução no plano da coletividade.

Por sua vez, há uma dimensão presente neste processo que implica no esforço individual para evitar a pobreza e por isso, as pessoas se submetem ao que lhes é exigido para acessar os meios de vida, seja pela venda da sua força de trabalho ou pelos novos modos, como as plataformas de prestação de serviços, à exemplo da UBER.

Yazbek (2021, p. 15) destaca a presença no mundo todo de “massas crescentes de trabalhadores e trabalhadoras informais, desempregados, uberizados, precarizados, sem direitos, sem unidade”. E assevera,

Em 2020, somente o capital financeiro foi constituído por 4 vezes o PIB global [...] A financeirização e a enorme concentração da propriedade expressam os movimentos atuais da burguesia que controla os diversos segmentos do capital, articulando consensos e criando mecanismos de sujeição do Trabalho ao Capital, sem intermediação de direitos, exponenciando a Lei Geral da Acumulação, gerando uma multidão de trabalhadores disponíveis e subordinados, sem direitos, sem definição da jornada, em condições de absoluta precarização (Yazbek, 2021, p. 25).

Dadas as condições contemporâneas, houve uma generalização da precarização das condições de trabalho (baixos salários, contratos temporários, flutuações de vínculos), com aumento no número de pessoas sem emprego²¹ e de trabalhadores informais, desprotegidos socialmente, tanto nos países centrais quanto nos países periféricos.

As condições de trabalho se assemelham, no plano mundial, em países centrais e periféricos, e a busca por melhores condições de vida, atravessa as fronteiras nacionais, incidindo nos processos migratórios.

²¹ Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego global deve ter um pequeno aumento, chegando a um total de 208 milhões de pessoas sem emprego, o que equivale a uma taxa global de 5,8% da população economicamente ativa do planeta.

Como refere Banchio (2021)²² as migrações são uma consequência das desigualdades de que a Europa não se pode alhear e que deve entender como um “problema seu” tendo em conta razões históricas, político-sociais e legais.

Dados analisados pelo Observatório das Migrações, no seu último relatório (2023), apontam que em Portugal: os imigrantes desempenham um papel importante para o mercado de trabalho evitando o colapso de certos setores econômicos; os estrangeiros apresentam taxas de atividade mais elevadas do que os nacionais, ocupando em 2022 a 5ª. posição na UE27 neste indicador, com uma taxa de 76,9%; os estrangeiros tendem a estar mais representados em categorias profissionais inferiores, apesar de terem sido observadas melhorias na última década; predominam em setores como construção civil, restauração e serviços de apoio, e frequentemente trabalham em funções que não correspondem às suas qualificações normalmente superiores aos lugares de emprego que ocupam²³. Além disso, os estrangeiros têm menor probabilidade de ter contratos de trabalho permanentes em comparação com os portugueses e tendem a trabalhar mais horas mensais, embora, segundo o relatório, contribuam para equilibrar as contas do sistema de Segurança Social e para a sua sustentabilidade. Outrossim, a imigração tem-se mostrado importante, tendo em vista que o país ocupa o segundo lugar com maior número de pessoas envelhecidas, no conjunto da UE27, ficando atrás da Itália²⁴.

Os processos migratórios evidenciam um manancial de força de trabalho à disposição do processo de produção capitalista, em um plano global. A população migrante constitui um dos grupos mais suscetíveis à exploração de sua força de trabalho (Vendramini, 2018) e o trabalhador migrante enfrenta barreiras linguísticas, raciais, religiosas, ou outras assentes em diferenças sociais e culturais que dificultam a integração plena e o acesso às mesmas oportunidades disponíveis para os residentes (nativos). No caso dos imigrantes ilegais, requerentes de asilo e refugiados estes estão em condições “perfeitas” para se submeter a “situações de trabalho extremamente precárias” e de exploração laboral, demonstrando como o capitalismo se retroalimenta da “escravidão contemporânea” (Borba & D’Angelo, 2020).

²² Razões históricas: os países europeus foram uma fonte de emigração maciça para a América, África, Ásia e Oceania à medida que conquistaram e colonizaram; b) razões político-sociais: a migração, como uma força de trabalho “descartável”, está entrelaçada com histórias coloniais e imperiais entre regiões onde as categorias racial, de gênero e classe foram estabelecidas e ainda estão em vigor; e c) legal: começando com os três pilares da União Europeia na era pós-Maastricht, através da fase intermediária da era pós-Amsterdão e também através do uso de acordos internacionais, como a Convenção de Schengen de 1985 e o Tratado de Dublin de 1990 (tradução livre).

²³ Em 2021, menos de metade dos estrangeiros com habilitações superiores estavam em posições de topo, e muitos estavam em funções não qualificadas, com remunerações médias inferiores às dos trabalhadores portugueses.

²⁴ O envelhecimento populacional emerge como uma preocupação econômico-social (sustentabilidade da seguridade social) até porque a esperança média de vida a aumentar, não implica que a qualidade de vida dos idosos seja assegurada, os dados indicam igualmente que nesses países os idosos vivem um número de anos com maior dependência de cuidados. O sistema de proteção social e as respostas sociais mostram-se insuficientes.

Por sua vez, a disparidade no acesso aos postos de trabalho qualificados (aqueles que oferecem melhores salários, condições de trabalho e proteção social) incitam uma competição acirrada entre os trabalhadores, pressionados pela escassez de empregos deste tipo.

Neste contexto, a existência de pessoas e famílias que vivem com remuneração abaixo das suas necessidades sociais de consumo exerce uma pressão constante sobre todos os trabalhadores. Na aparência, o problema tem sido tratado como “individual” e construiu-se uma “explicação” que culpabiliza os imigrantes, tornando-os os “bodes expiatórios” deste processo. Conforme argumentamos, a questão social evidencia a complexidade das relações sociais capitalistas em sua totalidade e sua solução exige uma análise histórica, no plano mundial.

Questão Social e Serviço Social, à guisa de conclusão

Ao longo deste artigo, apresentamos informações que nos permitem argumentar que a questão social em Portugal configurou-se de modo semelhante aos países centrais europeus no tocante as suas expressões comuns: configuração do trabalho assalariado, baixos salários, adoecimento, jornadas extensas, reivindicações e lutas dos trabalhadores, estruturação de legislações e serviços visando minorar essas situações. Já a dinâmica política atrelada à ditadura e ao Estado Novo reprimiram as forças democráticas e de oposição ao regime. Somente no processo revolucionário²⁵ constroem-se possibilidades de debate público sobre as precárias condições vividas durante aquele período (trabalho, salário, saúde, habitação, educação, serviços sociais etc.) e perspectivas democráticas de tratá-las no plano coletivo.

Na sequência do artigo expusemos um conjunto de indicadores sociais atuais, que monitoram o risco de PES, na UE27 (EAPN, 2023). Analisamos a relação desses dados com as expressões da questão social (condições de trabalho precarizadas, desemprego, processos migratórios, pobreza) na particularidade de Portugal e argumentamos que a condição de “risco da pobreza” apresenta-se como algo contínuo, imersa na dinâmica das relações sociais capitalistas. Ressaltamos, ainda, a assimetria na correlação de forças desfavorável para a classe trabalhadora, desde o declínio na disputa entre socialismo e capitalismo, e ao que parece, a ausência de um debate público que reivindique uma solução coletiva e duradoura que de fato, erradique a pobreza.

Essas expressões da questão social face à configuração de respostas institucionais focalizadas e restritas, no âmbito do Estado e da sociedade, colocam um conjunto de limitações e desafios ao exercício profissional dos (as) assistentes sociais.

Neste artigo, sintetizamos a relação entre a categoria questão social e suas expressões atuais em Portugal, no intuito de nos aproximarmos da compreensão acerca de sua particularidade,

²⁵ A partir da Revolução dos Cravos, 25/04/1974.

tendo em perspectiva a pesquisa em rede, Serviço Social na história, e o desafio de decifrar as peculiaridades deste processo, em cada país, deste modo, ressaltamos a importância da dimensão investigativa para o deciframento das expressões da questão social na atualidade.

Sobre a profissão em Portugal, registamos brevemente, que a emergência do Serviço Social foi moldada na conjuntura social, política e cultural de uma sociedade que não atingiu o mesmo grau de desenvolvimento e democracia dos países centrais e viveu nas três primeiras décadas do século XX uma grande instabilidade política, até ficar *amordaçado*²⁶. A mudança efetiva do Serviço Social, acompanhando a emergência de um *quase* Estado-providência (Santos, 2024), só no pós-25 de Abril de 1974 pode traduzir a vontade que se fazia sentir desde finais da década de sessenta.

Os desdobramentos desde à estruturação de um Estado democrático (a partir da Revolução dos Cravos) contribuíram para a ampliação da profissão e para seu reconhecimento social em Portugal, contudo, a implementação das políticas neoliberais e de austeridade, na inserção do país na UE, impactaram na formação e no exercício profissional, colocando novos desafios para o Serviço Social, no tempo presente.

Via de regra e de um modo geral (e poderíamos dizer, global?) os assistentes sociais estão constantemente diante da complexidade das expressões da questão social em seu exercício profissional.

Elas se lhes apresentam “tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.” (Iamamoto, 1998, p. 28). A compreensão dessas expressões e vivências é imprescindível e se constrói na “tensão entre a produção da desigualdade e a produção da rebeldia e da resistência” (Iamamoto, 1998, p. 28) dada a relação de unidade e antagonismo entre as classes sociais no capitalismo.

Conforme refere Yamamoto (1998) a questão social e suas expressões constituem-se em “matéria-prima” e objeto do trabalho do assistente social. Neste sentido, ao assistente social cabe a análise dos processos sociais, em suas dimensões macroscópicas e em suas manifestações cotidianas, desvelando os nexos constitutivos das expressões da questão social, desafiando-se a criar e atuar nos processos históricos que o envolvem, dos quais os espaços sócio-ocupacionais constituem um campo de mediações.

Esta análise é imprescindível para os assistentes sociais, “situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade” (Iamamoto, 1998, p. 28).

²⁶ Expressão usada por Mário Soares, político português vinculado ao Partido Socialista, exerceu dois mandatos como primeiro-ministro e um como presidente do país, respectivamente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

Isto implica e pressupõe, que os profissionais possuam uma competência tridimensional (Netto, 1993) que consiste na: habilitação técnica como dimensão teórico-operativa que exige o “domínio das particularidades da questão social ao nível regional e municipal” (Iamamoto, 1998, p. 56); capacitação política na perspectiva do empenho, trabalho e participação política que viabilize a formação e/ou reconfiguração de redes, a identificação de relações de força, articulação de alianças profissionais e sociais (Netto, 1993); a qualificação teórica para que o Serviço Social articule a ação/intervenção, com a produção de conhecimento (Netto, 1993), na perspectiva de “sem descurar a ação prático-interventiva, [ser] capaz de elaborar teoricamente os seus objetos e problemáticas” (Iamamoto, 1998, p. 56). Dessas três competências, destaca-se a dimensão política porque ela define o posicionamento dos profissionais – suas escolhas – incidindo na direção social de suas ações.

Conforme Netto (1993), a vinculação histórica às políticas sociais impõe o desafio de redefinir o espaço do assistente social ampliando o protagonismo profissional. Assim, nossa ação pode ultrapassar a execução e aplicação das medidas de política social, envolvendo processos de análise, concepção e planeamento.

Por sua vez, o momento presente incita e exige ousadia, engajamento e ação para continuamente, problematizar e analisar as expressões da questão social, no intento de contribuir para a sua superação, reiterando e desenvolvendo as competências teóricas, políticas e técnico-operativas no Serviço Social em sintonia com as demandas e lutas históricas da classe trabalhadora.

Este desafio envolve a categoria de assistentes sociais em um plano global. Assim, as articulações coletivas no âmbito de pesquisas internacionais, em rede, podem contribuir para somarmos esforços na elucidação das expressões da questão social no tempo presente, aproximando-nos e fortalecendo-nos mutuamente.

Referências

- Almeida, J. R., Silva, M. C., Ferreira, A. C., & Costa, H. (2016). *Concertação Social: A atividade da CPCS de 2009 a 2015 - ecos das políticas europeias*. Coimbra.
- Baltazar, M. da S., Rego, C., Ramos, I. J., Freire, C., Dionísio, A., & Lucas, M. R. (2017). Ligações e Percepções de Desenvolvimento Urbano-Rural em Portugal. *Actas Do IX Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Banchio, P. R. (2021). Refugee and Forced Migrant Crisis: A European Problem. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3782834>
- Batistoni, M. R., Closs, T. T., Eiras, A. A. L. T. S., Elpidio, M. H., Londoño, S. A. Q., Moljo,

- C. B., Scheffer, G. (2022). Sumário Executivo da Pesquisa em Rede “Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”.
- Borba, C. da C. M. de F., & D’Angelo, I. B. de M. (2020). O sistema capitalista no contexto dos trabalhadores migrantes e refugiados: o mito de sísifo. *Research, Society and Development*, 9(1), e169911826. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1826>
- Carmo, R. M. (2023). Portugal: sociedade ainda dualista, mas numa encruzilhada existencial. *Análise Social*, 58(249). <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023249.04>
- Casas-Cortes, M., Cobarrubias, S., & Pickles, J. (2016). ‘Good neighbours make good fences’: Seahorse operations, border externalization and extra-territoriality. *European Urban and Regional Studies*, 23(3), 231–251. <https://doi.org/10.1177/0969776414541136>
- Castro, A. (1971). Indústria na época contemporânea. In J. Serrão (Ed.), *Dicionário da História de Portugal: Vol. II* (pp. 525–538). Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Eiras, A. A. L. T. S. (2023). *Relatório de Pesquisa de Pós-doutorado* São Paulo.
- Estanque, E. (2006). A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo. *Revista Finisterra*, (55/56/57), 77–99.
- Ferrão, J., Pinto, H., Castro Caldas, J. M., & Carmo, R. M. do. (2023). Vulnerabilidades territoriais, pandemia e emprego: Uma análise exploratória sobre perfis socioeconómicos municipais e impactos da COVID-19 em Portugal. *RPER*, (63), 161–182. <https://doi.org/10.59072/rper.vi63.72>
- Ferreira, M. E. (1998). *Sinistralidade Laboral e Exclusão Social: um jogo viciado, dissertação de mestrado* (Dissertação de Mestrado). PUC-SP, São Paulo.
- Ferreira, S. (2022). A externalização das fronteiras europeias e os efeitos indesejados de uma fronteira dinâmica. *Relações Internacionais*, (75), 29–44. <https://doi.org/10.23906/ri2022.75a03>
- Flash Eurobarometer FL534: Demographic Change in Europe (v1.00). (2023). European Commission, Directorate-General for Communication. http://data.europa.eu/88u/dataset/s3112_fl534_eng
- Hespanha, P. (2017). As reformas dos sistemas de saúde na Europa do Sul: crises e alternativas. In P. H. de A. Rodrigues & I. S. Santos (Eds.), *Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa: convergências e divergências* (2nd ed., pp. 82–110). São Paulo: Hucitec Editora.
- Iamamoto, M. V. (1998). *O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V. (2001). A questão social no capitalismo. *Temporalis*, (3), 41–45.
- Iamamoto, M. V. & Carvalho, R. (2005). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez.

- Iamamoto, M. V. (2007). *O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez.
- Macedo, J. B. (1971). Indústria na Época Moderna. In José Serrão (Ed.), *Dicionário da História de Portugal: Vol. Vol. II* (pp. 525–538). Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Mandel, E. (1982). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural.
- Martins, A. M. C. (2017). Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. *Revista EMPAUTA*, (40), p. 40-56
- Marx, K. (2018). *O capital (Livro II)*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2020). *O capital (Livro I)*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (2001). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- Matusz, P., Aivaliotou, E., & Przytuła, S. (2020). Multiple Faces of the Migration Crisis. In S. Przytuła & Ł. Sulkowski (Eds.), *Integration of Migrants into the Labour Market in Europe* (pp. 3–14). Emerald Publishing Limited. <https://doi.org/10.1108/S1877-636120200000025002>
- Mouriaux, R. (2003). O sindicalismo dos países industrializados em fins dos anos 1970: efetivos, estruturas e estratégias. In M. A. Santana & J. R. Ramalho (Eds.), *Além da Fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo.
- Netto, J. P. (1993). O Serviço Social hoje. *Intervenção Social*, (7), 53–57.
- Netto, J. P. (2001). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Observatório Nacional de luta contra a Pobreza. (2023). *Pobreza e exclusão social. Relatório 2023*. Porto. (EAPN). <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relatorio+Estatistico+Anual+-+Indicadores+de+Integracao+de+Imigrantes+2023.pdf/a9a05525-889e-4171-8066-6d7217416664>
- Oliveira, C. R. (2023). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2023*. Observatório das Migrações. Alto Comissariado para as Migrações. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Relatorio+Estatistico+Anual+-+Indicadores+de+Integracao+de+Imigrantes+2023.pdf/a9a05525-889e-4171-8066-6d7217416664>
- Pires Valentim, J., Poeschl, G., & Forte, T. (2018). O que fazer face à crise? Representações sociais da disposição para agir. *Análise Social*, LIII(229), 958–983. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2018229.05>
- Reis, J. (1987). A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social*, 23(96), 207–227.
- Rodrigues, L. M. (2009). Destino do sindicalismo. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ciências Sociais. *RODRIGUES, Leôncio Martins, Destino do Sindicalismo.pdf (usp.br)

- Santos, A. C. (2024). Peripheral housing rentierisation in Southern Europe: reflections from the Portuguese case. *Housing Studies*, 1–26. <https://doi.org/10.1080/02673037.2024.2312168>
- Santos, A. C., & Reis, J. (2018). Portugal: uma semiperiferia reconfigurada*. *E-Cadernos CES*, (29), 57–76. <https://doi.org/10.4000/eces.3163>
- Serrão, J. (1971). *Dicionário da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Vendramini, C. R. (2018). Migration from a Dialectical and Historical Materialist perspective. *Revista Katálysis*, 21(2), 239–260. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p239>
- Yazbek, M. C. (2003). *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez.
- Yazbek, M. C. (2021). Expressões da Questão Social Brasileira em Tempo de Devastação do Trabalho. *Temporalis*, 21(42), 16–30. <https://doi.org/https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p16-30>